



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte - CREA-RN**

**DECISÃO CEEC 6172/2019**

**Reunião:** ORDINÁRIA - Nº 615/2019 - Câmara Especializada de Eng Civil - 02/12/2019 das 18:05 as 20:10

**Decisão:** CEEC 6172/2019

**Referência:** 4454701/2018 - Auto: 24160061/2018

**Interessado:** VALTER SOARES DE BRITO

**EMENTA:** Arquiva a penalidade aplicada pelo auto de infração - EXERCÍCIO ILEGAL POR PESSOA FÍSICA - por infração ao(a) alínea "a" do art. 6º da Lei Federal nº 5.194, de 1966

**DECISÃO**

A Câmara Especializada De Eng Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte - CREA-RN, no uso de suas atribuições legais, reunida em 02 de dezembro de 2019, analisando o relato e voto fundamentado do conselheiro Tarcisio Eimar Ferreira Sobrinho, Considerando que a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, prevê que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro-agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata a lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA infringirão a alínea "a" do art. 6º, com multa prevista na alínea "d" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a doutrina do Direito Administrativo estabelece que todo ato administrativo, quando motivado, fica vinculado aos motivos expostos para todos os efeitos jurídicos, devendo demonstrar perfeita correspondência entre eles e a realidade, visto que determinam e justificam a realização do próprio ato, no caso, a autuação; Considerando que foi verificada a existência do RRT de nº 0000007175800, cuja autenticidade foi confirmada no endereço eletrônico do CAU, no qual se constata que a contratação do profissional Claudio Coelho de Lemos Netto, responsável por realizar a execução da obra, se deu em 11/07/2018, ou seja, em data anterior a lavratura do auto de infração (dada em 14/08/2018), logo, não a que se falar em exercício ilegal por parte do proprietário da obra; Considerando que, segundo consta nos autos, o Crea-RN agiu indevidamente quando da lavratura do Auto de Infração, uma vez que o motivo que levou a autuação não subsiste. Deste modo, resta prejudicado o motivo determinante da autuação, em conformidade com a doutrina do Direito Administrativo; Considerando, por fim, o parecer técnico 21.548/2019 - ATE; Considerando o Artigo 6º, alínea "a" da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Art. 73, alínea "d", da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966., considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Especializada, **DECIDIU** por maioria, pelo(a) arquivamento do(a) relatório de fiscalização: 24160061/2018 do(a) interessado(a) Valter Soares De Brito. Coordenou a reunião o senhor **Alessandro Ricard Costa De Araujo Camara**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Cassio Freire Camara, Edgard César Burlamaqui De Lima, Fabiano Karlo Martins Varela Camilo, Francisco Vilmar Pereira Segundo, Gilbrando Medeiros Trajano Junior, Hugo Veras Bezerra, Joao Luciano Dantas De Faria, Jorian Alves De Moraes, Jose Jacome Neto, José Pereira, Lucas Goncalves Costa, Luciano Cavalcanti Xavier, Lucildo Hildegardes Camara, Reginaldo Vasconcelos Do Nascimento, Tarcisio Eimar Ferreira Sobrinho, Wellington Ferrário Costa (suplente). Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Vital Duarte Nóbrega.

**Cientifique-se e cumpra-se.**

Natal, 02 de dezembro de 2019.

**ALESSANDRO RICARD COSTA DE ARAUJO CAMARA**  
Coordenador da Reunião